

Número 3 - Julio/Diciembre 2018

MAHPAT

ISSN 0719 - 7365

MUSEOLOGÍA / ARTE / HISTORIA / PATRIMONIO / ARQUITECTURA / TURISMO

EDITORIAL CUADERNOS DE SOFÍA
SANTIAGO — CHILE

CUERPO DIRECTIVO

Directora
Carolina Cabezas Cáceres
Universidad de Las Américas, Chile

Editor
Juan Guillermo Estay Sepúlveda
Editorial Cuadernos de Sofía, Chile

Cuerpo Asistente

Traductora: Inglés
Lic. Pauline Corthon Escudero
Editorial Cuadernos de Sofía, Chile e

Traductora: Portugués
Lic. Elaine Cristina Pereira Menegón
Editorial Cuadernos de Sofía, Chile

Portada
Felipe Maximiliano Estay Guerrero
Editorial Cuadernos de Sofía, Chile

COMITÉ EDITORIAL

Dra. Giuliana Borea Labarthe
University of New York, Estados Unidos

Dr. José Manuel González Freire
Universidad de Colima, México

Mg. Mario Lagomarsino Montoya
Universidad de Valparaíso, Chile

Lic. Luis Grau Lobos
Director Museo León, España

Dr. Caryl Lopes
Universidad Federal Santa María, Brasil

COMITÉ CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Dra. María Luisa Bellido Gant
Universidad de Granada, España

Dra. María Bolaños Atienza
Universidad de Valladolid, España
Directora Museo de Escultura, España

Ph. D. Ricardo Camarena Castellanos
University of Ottawa, Canadá

Dra. Concepción García Sáiz
Directora Museo de América, España

Ph. D. Yudhishthir Raj Isar
University of Western Sydney, Australia
The American University of Paris, Francia

Ph. D. Kirstin Kennedy

Victoria and Albert Museum, Inglaterra

Ph. D. Massimo Negri

*Director di European Museum Academy,
Países Bajos*

Dr. Giovanni Pinna

*Director Museo di Storia Naturale di Milano,
Italia*

*Director de la Associazione Italiana si Studi
Museologici, Italia*

Indización

Revista MAHPAT, se encuentra indizada en:



**ACESSIBILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA EM UMA INSTITUIÇÃO
DE ENSINO SUPERIOR: ASPECTOS ARQUITETÔNICOS**

**ACCESSIBILITY OF THE PERSON WITH PHYSICAL DEFICIENCY IN AN INSTITUTION
OF HIGHER EDUCATION: ARCHITECTURAL ASPECTS**

Lic. Saulo Barbosa Oliveira

Universidade Estadual da Paraíba, Brasil
saulooliveira48@gmail.com

Lic. Paulo Vidal Guanabara de Azevedo

Universidade Estadual da Paraíba, Brasil
paulo.vidal45@gmail.com

Dr. Eduardo Gomes Onofre

Universidade Estadual da Paraíba, Brasil
eduardo.onofre@orange.fr

Fecha de Recepción: 28 de abril de 2018 – **Fecha Revisión:** 22 de mayo de 2018

Fecha de Aceptación: 03 julio de 2018 – **Fecha de Publicación:** 01 de octubre de 2018

Resumo

Levando em conta os aspectos estruturais dos centros acadêmicos brasileiros, o padrão para o qual os edifícios são totalmente acessíveis às pessoas com deficiência é formalmente apresentado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), além da legislação específica que garante espaços acessíveis para todos. Percebem-se ausências e limitações nas estruturas, a fim de prejudicar o deslocamento e o uso dos espaços acadêmicos essenciais, dificultando o uso por pessoas com deficiência sensório-motora. Este estudo descritivo de natureza qualitativa, realizado no segundo semestre de 2018, buscou avaliar as condições de acessibilidade de um centro acadêmico de uma instituição de ensino superior localizada no estado da Paraíba, Brasil. O edifício avaliado apresenta um amplo espaço para o movimento e exigir atenção dos alunos que frequentam o lugar, mas há limitações para os alunos com deficiência física, caracterizado pela inclinação inadequada das rampas, a falta de pavimento de acesso a lanchonetes, casas de banho com espaço limitada e sem barras adequadas para uso, além de levantar sem condições adequadas de operação. Com esta pesquisa procuramos trazer os aspectos arquitetônicos de forma reflexiva, considerando as dificuldades das pessoas com deficiência física em restringir espaços sem acessibilidade dentro do contexto social brasileiro.

Palavras-Chave

Arquitetura – Deficiência física – Ambiente educacional – Ensino superior

Abstract

Taking into account the structural aspects of Brazilian academic centers, the standard to which buildings are fully accessible to people with disabilities is formally presented by the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT), in addition to the specific legislation that guarantees

spaces accessible to everyone. There are perceived absences and limitations in the structures, in order to damage the displacement and the use of the essential academic spaces, hindering the use by people with sensory-motor disability. This qualitative descriptive study, conducted in the second semester of 2018, sought to evaluate the accessibility conditions of an academic center of a higher education institution located in the state of Paraíba, Brazil. The evaluated building presents wide spaces for displacement and attention to the demand of students who frequent the premises, but there are limitations for students with physical disabilities, characterized by the inappropriate inclination of the ramps, lack of pavement for access to the cafeterias, bathrooms with space limited and without bars suitable for use, in addition to lift without proper operating conditions. With this research we seek to bring architectural aspects in a reflexive way, considering the difficulties of people with physical disabilities in curbing spaces without accessibility within the Brazilian social context.

Keywords

Architecture – Physical disability – Educational environment – Higher education

Para Citar este Artículo:

Oliveira, Saulo Barbosa; Azevedo, Paulo Vidal Guanabara de y Onofre, Eduardo Gomes. Acessibilidade da pessoa com deficiência física em uma Instituição de Ensino Superior: aspectos arquitetônicos. Revista MAHPAT num 3 (2018): 29-36.

Introdução

A acessibilidade, pela definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas, na publicação da Norma Brasileira 9050, é estabelecida como a

possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida¹.

Este trabalho busca discutir a acessibilidade de indivíduos com deficiência física em uma Instituição de Ensino Superior localizada no estado da Paraíba, no município de Campina Grande, nordeste do Brasil. Observa-se que as dificuldades ou problemas de locomoção das pessoas com deficiência, no referido ambiente da pesquisa são evidenciadas através da: falta de funcionamento de uma plataforma de acessibilidade; banheiros sem suporte a pessoas com deficiência física; e corredores sem sinalização. Assim, faz-se necessário considerar o decreto nº 5.296/04, que em seu artigo vigésimo quarto, estabelece de forma clara que:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários²

Considerando os efeitos deste decreto, a normatização das estruturas arquitetônicas dos ambientes físicos frequentados por pessoas com deficiência física foi descrita na Norma Brasileira 9050, com última edição no ano de 2015, que tem como título “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”³, e dispõe dos critérios e parâmetros para construção de edificações, visando todas as condições referentes as limitações de pessoas com deficiência sensório-motora para que os ambientes proporcionem a independência na mobilidade e autonomia na utilização dos espaços arquitetônicos, visando a plena inclusão dos indivíduos com e sem deficiência.

Ressaltamos que o mencionado cenário da presente investigação foi selecionado por se tratar de uma estrutura que tem a proposta de ser acessível, porém análises preliminares, realizadas no primeiro semestre do ano de 2018⁴, revelaram possíveis fatores em sua estrutura que podem ocasionar dificuldades, em termos de acessibilidade, para as pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida.

¹ ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050: 2015. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (Rio de Janeiro: ABNT, 2015), 2.

² Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.

³ ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050: 2015. Acessibilidade a edificações...

⁴ Saulo Barbosa Oliveira; Paulo Vidal Guanabara de Azevedo, Deficiência Física em Foco: Relato sobre a Acessibilidade em um Centro Acadêmico. In: III Congresso Internacional de Educação Inclusiva, Campina Grande. Anais. Campina Grande: Realize Eventos e Editora. 2018.

A acessibilidade nos espaços físicos e as condições das pessoas com deficiência física

A noção de espaço é uma questão muito ampla, que do ponto de vista de vários autores, de acordo com suas respectivas áreas, aborda diversos contextos e tem diferentes significados. Para dar o devido embasamento para o tema abordado nesta pesquisa, mostraremos que o processo urbano tem reflexo na acessibilidade a partir da forma como o espaço geográfico é produzido, mas que conta com a participação de toda uma sociedade, como afirma Barbosa “deve-se ressaltar que, neste processo de implementação da mobilidade urbana sustentável, é imprescindível a participação de todas as pessoas, inclusive daquelas que possuem deficiência”⁵.

A mobilidade urbana no Brasil, em diversas ocasiões, não é levada em consideração dentro do contexto da acessibilidade nos espaços geográficos. Para compreender a ideia de acessibilidade, é preciso tratar do espaço geográfico.

Quando um espaço geográfico é mal planejado exerce um forte impacto na acessibilidade, podendo, assim, causar diversas dificuldades para a locomoção das pessoas dentro de um ambiente de convivência. É necessário que os diversos profissões que planejam os espaços geográficos, tenham um olhar geográfico sobre as necessidades de tais cenários, avaliando se eles vão atender as necessidades especiais das pessoas com alguma limitação física. Essas pessoas sofrem dificuldades, no seu cotidiano, diante da estrutura urbana das cidades que não atendem às suas necessidades. A modificação do espaço se deve da interação humana com o meio em que vive. Aliás, o sujeito é o condutor por excelência do espaço geográfico.

A ausência de acessibilidade nos locais dificulta o deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida. Nos espaços físicos não acessíveis, tais pessoas precisam percorrer grandes distâncias devido à ausência de um planejamento estrutural. A ação humana dentro do espaço geográfico é de suma importância, podendo trazer significativos benefícios para a sociedade. Entretanto, tais ações ocorrem se houver realmente uma interação entre todos os sujeitos, com ou sem deficiência, e o meio em que vivem.

Entretanto, mesmo com os avanços tecnológicos e todas as facilidades para realizar as mais diversas adaptações nos espaços físicos, as pessoas com deficiência física e com mobilidade reduzida enfrentam diversas dificuldades em se interagirem com a sociedade atual. Assim, dizemos que tais dificuldades têm como um dos pontos a não acessibilidade dos espaços geográficos. Débora Diniz, brilhantemente, explica como a pessoa com deficiência possui um estilo de vida diferente de uma pessoa sem deficiência, sublinhando que a deficiência não pode ser compreendida como uma anormalidade.

O corpo com deficiência somente se delineia quando contrastado com uma representação de o que seria o corpo sem deficiência. Ao contrário do que se imagina, não há como descrever um corpo com deficiência como anormal. A anormalidade é um julgamento estético e, portanto, um valor moral sobre os estilos de vida⁶.

⁵ Adriana Silva Barbosa, Mobilidade urbana para pessoas com deficiência no Brasil: um estudo em blogs. Revista Brasileira de Educação. Especial, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas. 2016. 143.

⁶ Débora Diniz, O que é deficiência (São Paulo: Editora Brasiliense, 2007), 8.

Os avanços nas tecnologias de informação e comunicação e nas políticas públicas brasileiras, conquistados através de muitas lutas organizadas pelas associações de pessoas com deficiência, mostram, cada vez mais, que a deficiência não é uma anormalidade e sim um modo diferente que cada sujeito tem em se interagir com o mundo e os outros.

A ideia de deficiência como algo anormal não significa ignorar que um corpo com lesão medular necessite de recursos médicos ou de reabilitação. Pessoas com ou sem deficiência buscam cuidados médicos em momentos de sua vida, algumas necessitam permanentemente para se manter vivas. Os avanços biomédicos proporcionaram melhoria no bem-estar das pessoas com e sem deficiência; por outro lado a afirmação da deficiência como um estilo de vida não é um resultado exclusivo do progresso médico, é uma afirmação ética que desafia nossos padrões de normal e patológico⁷.

A necessidade de inclusão social de pessoas com deficiência física desafia as estruturas públicas a estarem preparadas para receber-las, que não estão adequadas para esse grupo. Assim, é importantíssimo que políticas sejam aplicadas para educar a população quanto à necessidade de inclusão que começa a partir da disponibilização de ambientes adequados à socialização geral das pessoas com deficiência com as pessoas sem deficiência, ou seja, que ambos os grupos ocupem os mesmos lugares, sem impedimentos por causa da estrutura física dos locais.

Aspectos metodológicos da pesquisa

Definiu-se a abordagem qualitativa para a construção deste artigo, uma vez que este tipo de abordagem considera um “evento cujo sentido existe apenas num âmbito particular e subjetivo”⁸ caracterizando-se como uma pesquisa explicativa, onde se buscou identificar os elementos que determinaram a ocorrência do fenômeno estudado, procurando-se uma explicação para esta ocorrência, o que foi feito a partir de uma observação⁹. Através de uma bibliografia especializada sobre a acessibilidade e mobilidade urbana para pessoas com deficiência física, fizemos uma análise do projeto arquitetônico da Central de Aulas de uma Instituição de Ensino Superior, situada na cidade de Campina Grande, Paraíba, nordeste do Brasil. Consideramos a Norma Brasileira 9050 para identificação das questões de acessibilidade do referido *Lócus* de pesquisa, assim como realizamos uma observação *in loco*.

Resultados e discussão

Considerando a estrutura arquitetônica do cenário investigado, observamos que os problemas para a locomoção das pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida, apresentam, entre eles, a falta de funcionamento de uma plataforma de acessibilidade; longas distâncias entre as salas de aula e os banheiros; a ausência de um lavabo adaptado nos banheiros; e a localização das copiadoras, do Núcleo de Educação Especial e das lanchonetes.

⁷ Débora Diniz, O que é deficiência... 8.

⁸ Martins & Bicudo, *apud* Fabiana Kauark, Fernanda Castro Manhães e Carlos Henrique Medeiros, Metodologia da Pesquisa (Itabuna: Via Litterarum, 2010), p.27

⁹ Fabiana Kauark; Fernanda Castro Manhães e Carlos Henrique Medeiros, Metodologia da Pesquisa (Itabuna: Via Litterarum, 2010)

Referindo-se à plataforma de acessibilidade, essa parou de funcionar devido à má instalação e a falta de manutenção do mesmo. O não funcionamento de uma plataforma de acessibilidade ou de um elevador nos prédios dificultará a circulação de pessoas com mobilidade reduzida nos seus andares. A plataforma de acessibilidade existe no local da pesquisa, apesar de não estar em atividade, cabe nas especificações da norma, mas não apresenta um aparelho de comunicação para solicitação de auxílio, como estabelecido no item 6.10.2.3¹⁰.

Nos banheiros existem, próximo à um dos vasos sanitários, corrimões que facilitam a sua utilização. Entretanto, nos banheiros não existem um lavatório nas dimensões apropriadas, podendo dificultar, seriamente, a possibilidade de uma higienização das pessoas com deficiência física ou nanismo¹¹.

Referindo-se à localização das copiadoras e do Núcleo de Educação Especial, ambos estão localizados no terceiro andar. Esses são espaços bastante visitados pelos estudantes e funcionários com deficiência física e mobilidade reduzida da IES investigada. A construção, desses dois locais, no andar do térreo do prédio facilitaria a locomoção e diminuiria o desgaste das pessoas com deficiência. Concernente ao local das lanchonetes, dizemos que esse espaço, de alimentação e interação, é inacessível as pessoas com mobilidade reduzida.

Observamos aspectos, no cenário da presente pesquisa, que favorecem significativamente a acessibilidade das pessoas com deficiência física, a exemplo da disponibilidade de dez cadeiras motorizadas para os estudantes, funcionários e visitantes com mobilidade reduzida, assim como a estrutura dos auditórios que tem uma ampla entrada que facilita a locomoção e locais reservados para as pessoas com cadeira motorizada. No campo dos aspectos positivos também podemos citar as salas de aula que, em sua maioria, são amplas e acessíveis. Entretanto, algumas salas sofreram modificações na sua estrutura física, dificultando, assim, a mobilidade de pessoas que utilizam cadeira motorizada. Outro ponto importante é a presença de rampas bem apropriadas, pois estão dentro das normas de acessibilidade¹².

A presente análise, por sua vez, corrobora com uma pesquisa de Saulo B. Oliveira e Paula Vidal Guanabara de Azevedo¹³, realizada no primeiro semestre de 2018. Essa pesquisa também teve como foco de investigação o mesmo cenário físico estudado no presente artigo, diferenciando que os supracitados investigadores entrevistaram dois estudantes com deficiência física. Nas falas desses entrevistados, foram observados o descontentamento com a estrutura física, o não funcionamento de um elevador, limitação no uso do instrumento de projeção localizados nas salas de aula que se encontra na região do teto e também a limitação do acesso ao ambiente das lanchonetes.

Conclusão

A acessibilidade é um dos fatores necessários para que o processo de inclusão possa acontecer de maneira plena, aonde as pessoas com deficiência não tenham que

¹⁰ ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas... 67.

¹¹ “Nanismo é um transtorno indica uma deficiência no crescimento, resultando num sujeito com baixa estatura em comparação com a média da população de mesma idade e sexo.

¹² ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas... 58.

¹³ Saulo Barbosa Oliveira; Paulo Vidal Guanabara de Azevedo. Deficiência Física em Foco...

enfrentar barreiras que possam limitar sua presença em um determinado ambiente, e assim possam usufruir da coletividade, que é um direito garantido por lei e que faz parte da formação cidadã de cada pessoa, em qualquer etapa do ensino que ela se encontre.

Mas o que podemos perceber é que esse problema de acessibilidade no prédio da instituição investigada é um reflexo da estrutura arquitetônica dentro da nossa sociedade que geralmente não leva em conta as necessidades da pessoa com deficiência com isso não garantindo seus direitos como uma pessoa inclusa no meio social.

A principal finalidade deste trabalho foi trazer uma visão crítica sobre a realidade dos estudantes com deficiência física no prédio analisado que na sua estrutura se mostrou com diversos problemas para a locomoção neste espaço e por isso houve a necessidade na compra de cadeiras motorizadas para facilitar o trajeto dessas pessoas neste espaço.

Então se percebe que na estrutura arquidônica do prédio da instituição investigada precisa de melhorias para que as pessoas com deficiência física possam circular com plena liberdade, nos locais onde os alunos têm a sua rotina acadêmica dentro da instituição de ensino e suas necessidades em geral passam ser atendidas. Oferecer lugares apropriados para fazer suas refeições, pois no acesso às lanchonetes não há calçamento, dificultando sua movimentação. Essas melhorias trariam uma maior dignidade para esses estudantes que buscam um melhor futuro para as suas vidas e por isso é preciso que as instituições de ensino estejam preparadas para receber essas pessoas.

É evidente que existe a necessidade de melhorias, de forma a proporcionar maior dignidade para esses estudantes buscam um melhor futuro para as suas vidas, logo a instituição de ensino deve priorizar modificações ou criações de ambientes de forma a otimizar a funcionalidade de pessoas com deficiência física no contexto Biopsicossocial.

Bibliografia

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050: 2015. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT. 2015.

Barbosa, Adriana Silva. Mobilidade urbana para pessoas com deficiência no Brasil: um estudo em blogs. Revista Brasileira de Educação. Especial, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas. 2016.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.

Brasil. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília. 2015.

Diniz, Débora. O que é deficiência. São Paulo: Editora Brasiliense. 2007.

Kauark, Fabiana da Silva; Manhães, Fernanda Castro; Medeiros, Carlos Henrique. A Pesquisa. In: Kauark, Fabiana da Silva; Manhães, Fernanda Castro; Medeiros, Carlos Henrique. Metodologia da pesquisa: Um guia prático. Itabuna: Via Lirrerarum. 2010. 24-29.

Oliveira, Saulo Barbosa; Azevedo, Paulo Vidal Guanabara de. Deficiência Física em Foco: Relato sobre a Acessibilidade em um Centro Acadêmico. In: Congresso Internacional de Educação Inclusiva, 3., 2018, Campina Grande. Anais. Campina Grande: Realize Eventos e Editora. 2018.

Las opiniones, análisis y conclusiones del autor son de su responsabilidad y no necesariamente reflejan el pensamiento de la **Revista MAHPAT**.

La reproducción parcial y/o total de este artículo debe hacerse con permiso de **Revista MAHPAT**.